

# Sociologia da infância, raça e etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras

Sociology of childhood, race and ethnography: possible  
intersections in the study of Brazilian childhoods

Míghian Danae Ferreira Nunes<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo, USP, São Paulo-SP, Brasil

## Resumo

Este texto aborda brevemente a noção de raça em seus termos históricos/sociológicos, relacionando-a com os estudos que vem empreendendo a sociologia da infância na pesquisa sobre/com crianças. Entende-se que esses estudos colaboram na compreensão da(s) infância(s) existente(s) em nossa sociedade, marcada(s) pelas diferenças e também pelas desigualdades sociais. Destaca-se, de modo especial, a questão raça, o que não significa que o debate sobre gênero, classe ou origem seja desconsiderado. Essa decisão foi tomada apenas para priorizar o estudo sobre esse tema, considerando que pouco são os estudos sobre o tema na área da sociologia da infância. Reconhece-se que, em certos momentos da análise, esses temas surgem, relacionados, e torna-se árdua a tarefa de encontrar os lugares onde esses eventos se cruzam ou se separam. Ao incluir as questões étnico-raciais na pesquisa com crianças, questionam-se as noções de neutralidade e de universalidade presentes nas ciências humanas e destaca-se o debate sobre infância(s) de uma perspectiva que amplia olhares, buscando novas formas de compreender realidades. Parece importante também que se possam questionar os percursos metodológicos utilizados para pesquisas e perceber o quanto

---

1 Professora de educação infantil da rede municipal de São Paulo, trabalhou como pesquisadora junto a Ação Educativa no projeto Indicadores da Qualidade na Educação e como formadora no programa A cor da Cultura. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil – GEPSI, mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). *E-mail*: mighiandanae@yahoo.com.br.

elas levam em conta os dados relacionados aos aspectos de raça em suas análises. Por fim, para fazer avançar a interface entre o estudo das relações étnico-raciais e a sociologia da infância, vemos a etnografia – método antropológico – como potente metodologia de pesquisa com crianças.

**Palavras-chave:** Sociologia da infância, Etnografia, Raça, Infância negra.

## Abstract

The paper briefly discusses the notion of race in historical/sociological terms, linking it to studies applying the sociology of childhood for the research on/with children. The studies contribute to the understanding of existing childhood(s) in our society, marked by differences and social inequalities. The racial issue is particularly stood out, which does not mean that the debate about gender, class or origin is disregarded. The decision was made only to prioritize the study on the topic, considering that there is little of such studies in the area of sociology of childhood. We are aware of the fact that at certain steps of the analysis these themes are evident, and it is hard work to find the places where such events intersect or separate. By including ethnic and racial issues in the research on children, questions arise about the notions of neutrality and universality present in human sciences and the debate over childhood(s) is highlighted from a perspective that broadens looks, seeking new ways to understand realities. It seems also important to consider the methodological pathways used for the research and realize how much they take into account the data related to aspects of race in their analyses. Finally, in order to advance into the interface between the study of ethnic and race relations and the sociology of childhood, ethnography – as an anthropological method – may be considered as a powerful methodology for the research on children.

**Keywords:** Sociology of Childhood, Ethnography, Race, Black children.

Este texto aborda brevemente a noção de raça em seus termos histórico-sociológicos (CASHMORE, 2000; GUIMARÃES, 2003; MUNANGA; 2005) a partir de alguns estudos sobre o tema

(TELLES, 2003; D'ADESKY, 2001), relacionando essa noção com os estudos que vem empreendendo a sociologia da infância na pesquisa sobre/com crianças e insere-se na atual discussão sobre as diferentes infâncias existentes, entendendo que essa intersecção pode nos ajudar a elaborar novos modos de ver as crianças. Parece importante também que se possam questionar os percursos metodológicos utilizados para pesquisas com crianças e perceber o quanto levam em conta os dados relacionados aos aspectos de raça em suas análises. Por fim, para realizar esta interface, apresentamos a etnografia – método antropológico – como um emergente método para pesquisa com crianças. Discutiremos os pontos apresentados no decorrer deste artigo.

### **Raça como categoria social e relacional: apontamentos**

O uso do termo raça não é um consenso nas ciências sociais, por conta de sua vinculação histórica ao campo da biologia. Nesse sentido, faz-se importante recuperar de que modo esta expressão é vista neste texto, para entendermos em qual dimensão a utilizamos no estudo da(s) infância(s) brasileira(s). Segundo Oliveira e Abramowicz (2010, p. 210), “[...] o conceito de raça, apesar de ser controverso também nas ciências sociais, tende a, cada vez mais, se consolidar como categoria analítica, na medida em que há um acirramento sem precedentes das lutas étnicas e raciais na contemporaneidade”. Assim como no estudo das referidas autoras, optamos, neste texto, por utilizar:

[...] o termo “raça” em vez de “etnia”, pois o componente que entra é a cor da pele, elemento usado para classificações raciais, seguindo, assim, a mesma terminologia de Guimarães (2002, p. 52) na qualidade de uma categoria analítica, pois, de acordo com o autor, as “raças sociais” são “epifênômenos permanentes que organizam a experiência social

humana e que não têm chances de desaparecer”. Apesar do que já ficou provado pela genética de que não existem raças biológicas, as classificações raciais continuam a ser feitas baseadas na ideia de raças superiores e inferiores. (Idem, p. 216-217)

O componente “cor da pele”, combinado ou não com outros elementos, todos eles marcadores de diferença racial, colabora na definição de qual pessoa é negra e qual é branca no Brasil. O termo raça é então visto como uma categoria social e relacional (MUNANGA, 2005; CASHMORE, 2000; GUIMARÃES, 2003) e concentra, assim, tensão e disputa, que não se resolvem facilmente encarando-o por esta ou aquela teoria, posto que os efeitos de seu uso encontram-se presentes entre nós, nas desigualdades sociais por quais passam a população negra brasileira. Parece comprovadamente ilusório pressupor que a extinção do uso do termo acabaria com o racismo, já que ainda hoje sentimos as consequências de um país que esteve por muito tempo sob a égide da escravização, sendo possível mensurar o tamanho de tais marcas, através de consulta às inúmeras pesquisas publicadas na segunda metade do século vinte sobre a condição dessa população no Brasil e a discrepância entre a qualidade de vida desses e do grupo racial branco<sup>2</sup> (D’ADESKY, 2001; TELLES, 2003).

A teoria racial crítica proposta por Gloria Ladson-Billings (2002) ajuda na compreensão do modo como a raça é vista em nossos estudos:

---

2 Segundo o Relatório Anual das Desigualdades Raciais 2007/2008, organizado por Marcelo Paixão, apesar de o Brasil ter comemorado uma posição entre os países de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2005 (70ª. posição), se fôssemos desagregá-lo por raça, a posição do Brasil seria 51ª para a população branca e 95ª para a população negra. O IDH é um *ranking* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e é utilizado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). Consultar: Paixão e Carvano, 2008.

(...) tenho uma ex-aluna que recorre a uma análise de classes no seu trabalho, mas o centro de seu interesse são as estratégias anti-racistas. Não creio que um exclua o outro. O fato de dizer que faço uma análise crítica de raça não significa que eu exclua as questões de gênero. Também não significa que não estou considerando as questões de classe. Todas estas questões estão entremeadas. Mas necessitamos de uma ferramenta em nossa análise, de uma *porta de entrada*. (grifo meu) (LADSON-BILLINGS, 2002, p. 279)

Para essa autora, a teoria racial crítica usa a raça como ponto de partida para análises mais complexas da sociedade. Ainda segundo Ladson-Billings:

Classes sociais são reais no sentido de que podemos encaixar as pessoas na hierarquia econômica. Gênero é real no sentido que podemos falar um pouco a respeito de biologia, de sexualidade. Mas raça é um alvo móvel. O que é branco neste lugar não o é naquele. (p. 280)

Nesse sentido, pensamos ser possível problematizar essas questões referentes à infância, posto que aí também estão presentes as tensões produzidas pelos estudos sobre relações raciais.

## **Sociologia da infância e raça: intersecções possíveis**

A sociologia da infância (SI)<sup>3</sup> é um campo recente nos estudos sobre criança no Brasil e no mundo, tendo seu início aproximadamente há três décadas, de maneira mais intensa na França e na Inglaterra, com os estudos de Regine Sirota e Cleopatre Montandon, respectivamente. Em termos gerais, segundo Manuel Sarmiento (2008) “[...], o sentido da Sociologia da Infância reside,

---

3 A sigla SI será usada no decorrer deste artigo para identificar a sociologia da infância.

em última instância, em compreender a sociedade a partir do fenómeno social da infância” (p. 2). Sarmiento também afirma que

(...) na verdade, ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa: é, com efeito, a *totalidade da realidade social* o que ocupa a Sociologia da Infância. Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente da disciplina. (p. 3)

A partir dessas constatações, “que é a infância?” parece uma pergunta coerente. Jens Qvortrup, importante teórico da SI, formulou, em 1992, nove teses sobre a infância que podem responder parte dessa pergunta:

“Tese 1: A infância é uma forma particular e distinta de uma estrutura social da sociedade (...).

Tese 2: A infância é, sociologicamente falando, não uma fase transitiva mas uma categoria social permanente (...).

Tese 3: A ideia da [essência] da criança enquanto tal é problemática, dado que a infância é uma categoria histórica e intercultural (...).

Tese 4: A infância é uma parte integrante da sociedade e da sua divisão de trabalho (...).

Tese 5: As crianças são elas próprias co-construtoras da infância e da sociedade (...).

Tese 6: A infância está em princípio exposta às mesmas forças macro-sociais que a adultez (e.g. forças econômicas e institucionais), ainda de que uma forma particular (...).

Tese 7: A dependência estipulada das crianças tem consequências para a invisibilidade das crianças nas descrições históricas e sociais, bem como na sua consideração como beneficiárias do Estado Providência (...).

Tese 8: A ideologia familialista, não a parentalidade, constitui um obstáculo contra os interesses e o bem-estar das crianças (...).

Tese 9: A infância é uma clássica categoria minoritária, dado que é sujeita a tendências marginalizadoras e paternalistas.” (QVORTRUP, 2001, p. 223-232)

Vendo a infância como uma “[...] categoria social do tipo geracional socialmente construída” e “[...] relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram, dado que ocupa uma posição estrutural” (SARMENTO, 2008, p.7), e as crianças como atores sociais, a SI, a partir de suas correntes e confluências, intenciona tornar visível a(s) criança(s) em suas potencialidades e não como um *vir-a-ser*, visão durkheiminiana bastante difundida entre nós. Essa visão vai de encontro à ideia de uma criança universal, algo que pode ser confirmado quando, ao olharmos para as crianças brasileiras, vemos diferenças (estruturais, subjetivas, materiais, etc.) no modo em como elas vivem suas infâncias.

Os estudos feitos sobre desempenho de crianças oriundas de “camadas populares” (KRAMER, 1982) ganhou bastante repercussão acadêmica em meados da década de setenta, relacionando estas à discussão sobre privação cultural e educação compensatória (PATTO, 1973; POPPOVIC; ESPOSITO; CRUZ, 1975). Dados do IBGE (PNAD, 2009) informam que 26 milhões de crianças e adolescentes brasileiros vivem em famílias pobres e representam 45,6% do total de crianças e adolescentes do país. Desses, 17 milhões são negros. Entre as crianças brancas, a pobreza atinge 32,9%; entre as crianças negras, 56%. Assim, temos informações de que a maior parte das crianças dos grupos sociais que “aparecem” nos estudos sobre privação cultural é negra, muito embora a questão da raça não apareça com intensidade nesses trabalhos. Parece correto afirmar que a infância negra que é visibilizada pelos estudos acadêmicos possui um lugar relacionado com a ideia de falta, ausência, para além da ideia de incompletude que já é associada à imagem da infância.

Se assumirmos a diferença como algo indispensável para a compreensão das infâncias que temos, vale assinalar então, a importância dos estudos sobre raça para elucidarmos questões envolvendo infâncias específicas no Brasil e ao redor do mundo,

visto que essa variável aponta as desigualdades presentes entre nós e que, sem dúvida, afetam as crianças e o modo como olhamos para elas. Aqui, evocamos a diferença como faz Valter Silvério (2006) que, em seu sentido político, a vê como a realização da liberdade. Politizar a diferença, segundo ele, “[...] é o meio pelo qual a denúncia de tratamento desigual ganha visibilidade e, ao mesmo tempo, é o caminho para o reconhecimento social das formas distorcidas e inadequadas a que determinados grupos são submetidos na história de uma dada sociedade” (p. 8).

As possibilidades relacionais entre infância e raça serão enriquecidas se a este debate acrescentarmos a perspectiva da sociologia da infância. Segundo Sarmiento (2008), a infância é

(...) atravessada por contradições e desigualdades, seja no plano diacrônico, seja no plano sincrônico. No plano diacrônico, essas diferenças e contradições ocorrem a propósito das várias e sucessivas imagens sociais construídas sobre a infância e aos vários papéis sociais atribuídos. No plano sincrônico, essas [...] diferenças e contradições operam por efeito da pertença a diferentes classes sociais, ao gênero, à etnia, ao contexto social de vida (urbano ou rural), ao universo linguístico ou religioso de pertença, etc. Em suma, a condição social da infância é simultaneamente homogênea, enquanto categoria social, por relação com as outras categorias geracionais, e heterogênea, por ser cruzada pelas outras categorias sociais. A análise da homogeneidade mobiliza um olhar macro-sociológico, atento às relações estruturais que compõem o sistema social e a análise da heterogeneidade convida à investigação interpretativa das singularidades e das diferenças com que se actualizam e “estruturam” (Giddens, 1984) as formas sociais. (p. 8)

Isso ampliou nossa visão sobre os problemas a serem enfrentados por um campo em construção, marcando posições no debate sobre conhecimento da infância e alterando percepções sobre as crianças.



Entendemos que os estudos sobre as culturas infantis devem incluir as tensões travadas pela nossa existência em sociedade, sejam elas políticas, raciais ou econômicas. A noção de raça, assim, colabora para o entendimento das diferentes infâncias, e vai além, quando não apenas apresenta possibilidades de interpretação, mas também altera a nossa percepção sobre os conceitos utilizados no campo, visto que a própria noção de criança e infância pode ser contestada se levarmos em conta outros fatores que não apenas as idades. A noção de raça também amplia a discussão sobre a participação das crianças, se entendermos que questões como raça e gênero, por exemplo, devem ser levadas em consideração para a garantia de que todas as crianças participem da vida em sociedade e da tomada de decisões.

É importante lembrar que as interações produzidas entre as categorias apresentadas não foram dadas pelas crianças, mas sim, construídas a partir de uma perspectiva adulta, presentes num mundo social do qual elas fazem parte. A participação das crianças nesse mundo colabora para que tenhamos outras visões sobre raça<sup>4</sup>, embora isto ainda seja questionável pela maioria das pessoas adultas, o que denota a importância de contínuos estudos sobre o tema. Se concordamos que as crianças não nascem racistas, o debate sobre raça, assim como outras categorias que desneutralizam a infância, faz-nos repensar até que ponto estamos construindo um espaço favorável à livre expressão das crianças ou somos apenas nós, pesquisadoras/es da infância, que estamos produzindo conclusões sobre as culturas infantis.

Não se trata de dizer o que as crianças são, se negras ou indígenas, antes mesmo que elas possam reconhecer-se no mundo:

---

4 Um exemplo de como as percepções que temos de criança e infância são alteradas pela questão da raça é quando ouvimos, ainda nos dias de hoje, pessoas dizerem que, num casamento interracial, algo positivo para a criança é o fato de que ela será mais clara e terá o cabelo menos crespo que o da mãe ou do pai. Desse modo, percebemos que, para essas pessoas, escolher um/a parceiro/a branco/a altera o futuro da criança e, por conseguinte, o da família.

a intenção é trazer para o debate sobre as culturas infantis mais uma contribuição sobre como as crianças podem elaborar modos de ser, fazer e sentir sua própria vida. Assim, para além do debate sobre em que a noção de raça pode colaborar com nossos estudos sobre infância, parte dos nossos esforços devem localizar-se também em compreender quais são as questões relacionadas à raça que tocam às crianças a partir de suas próprias experiências e como as crianças vivenciam questões relacionadas ao seu pertencimento racial, não apenas a partir da construção que fazemos sobre o tema em nossos departamentos de estudo.

Para chegarmos nesses lugares, precisamos de mais estudos sobre o tema. Temos não apenas dúvidas, mas certo desconhecimento sobre como diferentes grupos de crianças veem questões relacionadas ao seu pertencimento racial. Nosso desconhecimento dificulta também que processos metodológicos possam ser revistos ou empregados com êxito, posto que dispomos de pouca experiência sobre como “conduzir” uma pesquisa junto aos temas.

Entre os estudos pioneiros<sup>5</sup> feitos em instituições de educação infantil que levaram em conta a discussão racial, destacamos a dissertação de Eliane Cavalleiro (1998), que contou com observação e escuta das crianças. No estudo de Cavalleiro, ela evidencia como é possível presenciar eventos que destituem a criança negra de seu lugar de educanda já na educação infantil. Na dissertação que deu origem ao livro intitulado *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*, Cavalleiro (2000) discute de que modo a escola para crianças pequenas opera numa lógica de exclusão das crianças que são

---

5 Em 1994, a dissertação de Eliana de Oliveira tratou da classificação racial de crianças frequentadoras de creches na cidade de São Paulo. Fabiana de Oliveira (2004) escreveu uma dissertação na qual também foram analisadas as práticas educativas de professoras e do corpo técnico de uma creche no interior do estado de São Paulo. Apesar de aqui destacadas por sua contribuição ao debate das relações raciais e infância, não trataremos mais especificamente destas, por não terem ouvido as crianças.

tidas como **diferentes** da norma estabelecida, esta perceptível também a partir das relações afetivas que as pessoas adultas estabelecem entre si e com as crianças. Cavalleiro aponta:

A existência de preconceito e discriminação étnicos, dentro da escola, confere à criança negra a incerteza de ser aceita por parte dos professores [...] No espaço escolar há toda uma linguagem não-verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições – formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outros –, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios [...]. (2000, p. 98)

Em seu lançamento, jornais e revistas divulgaram a pesquisa, por perceberem que o trabalho trazia um tema delicado e sério, além de pioneiro<sup>6</sup>. No estudo, há diversos relatos de crianças, registrados quando da estadia da pesquisadora na escola de educação infantil (EMEI) escolhida, na região central de São Paulo:

No parque, aproximo-me de um grupo que brinca. De repente, inicia-se um tumulto. Shirley (negra) chega perto de Fábio (branco), o xinga de “besta” e ele revida. Letícia (branca) passa a participar da discussão, com vários xingamentos. Letícia e Catarina (negra) até então brincando juntas, principiam a se xingar também. Catarina diz à Letícia: “Fedorenta!”, e esta responde: “Fedorenta é você!”. Catarina, então, diz: “É você, tá!”. Letícia responde: “Eu não; eu sou branca, você que é preta!”. Catarina fica paralisada e não diz mais nada. Até então virada de frente para Letícia, dá-lhe as costas e começa a xingar Fábio. Catarina segundos depois desfere-lhe um golpe na cabeça. O menino chora. A professora, percebendo a confusão, se aproxima do grupo e adverte a menina Catarina, que mais uma vez ouve tudo calada. (*Idem*, p. 53)

6 É possível averiguar essa afirmação a partir do artigo publicado por Sueli Carneiro no *Correio Brasiliense*, à época, e publicado posteriormente em livro (CARNEIRO, 2003).

### Cavalleiro (2000) faz uma reflexão:

Silêncio, seguido de reação violenta. O que se pode ver naquele parque infantil é nada mais que uma pequena reprodução da própria história do negro em nosso país. Impotente diante da pressão racista, ele parte para a violência e, conseqüentemente, é penalizado. Isso transforma-se em estigma. (*Ibidem*)

É importante ressaltar que, apesar de ter ouvido as crianças em seu estudo, Cavalleiro não se utilizou da sociologia da infância como referencial teórico, o que indica que a escuta de crianças é uma potente ferramenta de pesquisa não apenas para o campo da SI. Entendemos também que essa escuta, presente na teoria da reprodução interpretativa das culturas proposta por William Corsaro (2009; 2011), se realizada em pesquisas sobre relações raciais e infância, colaborará para a elucidação de questões pertinentes aos temas apresentados<sup>7</sup>.

Atualmente, alguns trabalhos que relacionam questões raciais e sociologia da infância começam a surgir<sup>8</sup>. Flávio Santiago (2014), em dissertação defendida recentemente pelo Programa de Pós-Graduação da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), realizou um estudo sobre “[...] a violência do processo de racialização sobre a construção das culturas infantis”. Nele, Flávio destaca como as crianças respondiam às violências direcionadas a elas por conta de seu pertencimento racial e como reelaboravam as relações com as pessoas adultas que as haviam agredido. Esse também é um estudo pioneiro que relaciona os temas aqui expostos, pois nos mostra sobre as possibilidades presentes nas intersecções entre infância e raça. Ao ouvir as crianças, Santiago também registra relatos semelhantes àqueles descritos por Cavalleiro:

---

7 Sobre essas questões, consultar: Trinidad (2011).

8 Além da dissertação citada, indicamos mais um trabalho: Damião (2007).

Como de costume a docente pede para as crianças formarem uma fila na hora do lanche. No entanto, hoje ocorre uma confusão entre as crianças e Dandara (menina negra) começa a chorar. A docente olha brava para as crianças e pergunta:

– O que está acontecendo? Por que Dandara está chorando?  
Duda responde:

– Porque eu empurrei ela! Ela é suja toda preta! Iria me deixar suja!

A docente olha a cena e diz:

– Dandara não perturba a Duda, vai para outro lugar e lava esse rosto, já estou cansada de brigas entre vocês. E Duda deixa de ser nojenta, para de implicar com a Dandara, cada uma tem um jeito! Para de encher o saco uma da outra! (p. 92)

Em suas considerações, Santiago (2014) aponta:

Um dos principais elementos do processo de racialização presentes nas práticas desenvolvidas no Centro de Educação Infantil – CEI pesquisado era a desvalorização do pertencimento étnico-racial afro-brasileiro e a valorização de uma estética eurocêntrica. Dentro deste contexto, as características fenotípicas brancas eram exaltadas como padrões de beleza e os elementos de origem cultural negros eram descartados em prol da manutenção de uma ordem pré-estabelecida. [...] as meninas e meninos pequeninhos/as negros/as passaram a serem denominados como bagunceiros/as, terríveis, complicados/as, arteiros/as; e as crianças pequenininhas brancas eram categorizadas como princesas, lindinhas, existindo um processo de subalternização dos sujeitos negros. [...] As crianças pequenininhas negras dentro deste contexto são cotidianamente discriminadas e destituídas de sua negritude, o que cria a necessidade de processos reiterativos que apaguem o seu pertencimento étnico-racial e as tornem sujeitos desejosos de uma cultura eurocêntrica imposta pelo colonialismo. Este processo mutila a construção de uma visão positiva de uma ancestralidade negra, por esta não corresponder à organização simbólica e social determinada pelo conjunto de relações pré-estabelecidas pelo sistema social capitalista eurocêntrico. (p. 122-123)

No texto *Infância, raça e paparicação*, de Fabiana Oliveira e Anete Abramowicz (2010), esses relatos também encontram eco. Nele, as pesquisadoras apresentam observações semelhantes feitas numa escola de educação infantil de São Carlos/SP, e afirmam que, apesar de verem alguma positividade no fato de serem menos “paparicadas” por serem negras, visto que estão fora do aparelho de controle e da captura das professoras, não acreditam que essa seja a melhor forma de lidar com a questão do poder entre pessoas adultas e crianças (p. 220).

Indo ao encontro desses debates, temos a *Consulta sobre La discriminación en la educación en la Primera Infancia: un estudio desde la perspectiva de la comunidad educativa en escuelas de Brasil, Perú y Colombia* (CAMPANÃ, 2013), organizada pela Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación. Nela, os grupos de pesquisadoras/es enviados às escolas de educação infantil nos referidos países (as cidades visitadas foram Fortaleza/CE e Baixa Grande/BA no Brasil, Lima e Urubamba no Peru, Bogotá e Cartagena na Colômbia) defrontaram-se com discursos que viam essa etapa da educação básica como neutra em relação às questões raciais. Nessa pesquisa, deu-se especial atenção ao que as crianças pensavam sobre temas como raça e gênero, além de questões relacionadas às pessoas com necessidades especiais. A partir de uma metodologia específica organizada para ouvir as crianças, foi possível perceber que crianças muito pequenas (4 a 8 anos) constroem ideias sobre pertencimento racial que definem lugares específicos para crianças negras e brancas em suas relações.

Parte da pesquisa consistia em dar às crianças histórias para escreverem um fim e, numa delas, a personagem central era Juan, um menino negro de sete anos, que estudava numa escola onde não havia muitas crianças negras e, no recreio, ninguém queria brincar com ele. Algumas crianças respondiam que isto acontecia porque Juan era negro, como se apenas essa afirmação fosse uma

justificativa válida para ser posto de lado na hora do recreio. Além delas, a pesquisa também ouviu adultos, como professoras e diretoras. Como recomendação, a consulta ressalta que

(...) se reconheça a existência de múltiplas formas de discriminação na sociedade como um primeiro passo para sua superação, e que elas se produzem e reproduzem na educação da primeira infância. [...] que o projeto político pedagógico da educação, a começar pela educação da primeira infância, deve centrar-se na superação dos estereótipos e da valorização da diversidade, da cooperação e do diálogo<sup>9</sup> [...]. (tradução nossa) (p. 116-117)

Todas as referências apresentadas mostraram o quanto é necessário aproximar-se das crianças para conhecer a forma como pensam sobre sua própria vida e a vida das pessoas ao seu redor. Isto nos relembra a emergência que há na etnografia para o estudo das culturas infantis e das relações raciais. Passamos, então, para a apresentação do método antropológico como possibilidade para pesquisas sobre/com infâncias e crianças, relacionadas à temática étnico-racial.

### **Pesquisa etnográfica com crianças e relações raciais: notas sobre alguns procedimentos metodológicos**

Apesar de abordar apenas a pesquisa etnográfica, importante metodologia para o estudo das culturas das crianças, estamos certas de que outras metodologias também contribuem de maneira intensa para o debate entre as relações raciais e infância. Essas

---

9 No original: "3. Que se reconozca la existencia de múltiples formas de discriminación en la sociedad como un primer paso hacia su superación, y que ellas se producen e se reproducen en la educación en la primera infancia. [...] que el proyecto político pedagógico de la educación, a empieza por el de la educación em la primera infancia, debe centrarse en la superación de los estereótipos y la valorización de la diversidad, la cooperación y el diálogo [...]".

metodologias específicas para o trabalho de campo devem ser viabilizadas (ALDERSON, 2005; SARMENTO, SOARES & TOMÁS, 2005; SARAMAGO, 2001), visto que podem ser utilizadas ou não em consonância com métodos de pesquisa já sedimentados por outras áreas de conhecimento<sup>10</sup>.

A partir da assunção da SI como um campo de estudos sobre a criança, gostaríamos, aqui, de lembrar quais as associações possíveis com outras áreas de estudos a partir de suas correntes de pensamento. Em conformidade com essas correntes, há a reivindicação de, para além de uma sociologia da infância, pensarmos de maneira mais ampliada os **estudos sociais da infância**, que englobariam antropologia, história, geografia, entre outras ciências. Desse modo, é na intersecção entre sociologia da infância e outras áreas que temos a utilização, por parte de estudiosos da SI, da etnografia como um potente método para a interpretação das culturas infantis<sup>11</sup>.

William Corsaro, sociólogo de formação, autor do livro *Sociologia da Infância* e um dos pioneiros no estudo das culturas infantis utilizando o método etnográfico, informa que sua vinculação à área da antropologia faz-se a partir dos estudos de Clifford Geertz e Howard Becker. Essas escolhas têm relação com a chamada virada antropológica, visto que os autores e a autora se filiam a essa perspectiva. Magnani<sup>12</sup> (2012) confirma as possibilidades de abertura da etnografia para outros campos que não a antropologia, mas antes é preciso lembrar que

(...) como método, foi forjada pela antropologia ao longo da sua formação e não pode ser utilizada, sem mais, ignorando

---

10 As relações possíveis entre as metodologias participativas estudadas pelas autoras, o autor citado e a etnografia podem ser observadas no texto de Corsaro, 2005.

11 Para continuação deste debate, recomendamos os trabalhos de Flávia Pires, entre eles um artigo (PIRES, 2010), e o de Gottlieb (2012).

12 Consultar outros textos do mesmo autor (2002; 2009).



os diferentes contextos teóricos que lhe dão fundamento. Se não, ela passa de método a ferramenta, sendo empregada de maneira trivial, rasa. Isso não quer dizer que outras áreas não possam utilizar e se apropriar do nosso método de trabalho, mas com o devido cuidado; do contrário, perde consistência. (2012, p. 175)<sup>13</sup>

Corsaro (2011) estuda as culturas infantis a partir de sua estadia durante alguns anos letivos, em escolas de educação infantil na Itália. Sua falta de conhecimento da língua, segundo ele, ajudou-o a ser visto pelas crianças como um adulto atípico, posto que ele não era percebido pelas crianças como alguém que dominava as ferramentas básicas de interação social, que “sabia tudo”. A partir daí, pôde aproximar-se das crianças de modo que sua adultez não falasse mais alto e as constrangesse, fazendo-as sentir-se mais à vontade em um ambiente comum a elas. O *adultocentrismo*, neste caso, pode ser relativizado a partir da partilha do poder, este, em sua maioria, utilizado pelas pessoas adultas com relação às crianças para mantê-las em condições subalternas e de não participação.

Apesar de longo, o excerto abaixo pode resumir um pouco algumas das situações pelas quais Corsaro passou, no início da pesquisa etnográfica, com uma turma de crianças de uma escola de educação infantil em Bolonha, entre 1983-86:

A primeira coisa que notaram foi o meu sotaque, mas se acostumaram rapidamente com ele e então perceberam que eu usava muitas palavras erradas (gramática errada) e que o que eu dizia raramente fazia sentido (semântica errada). No início, adoravam rir e debochar dos meus erros de pronúncia. Entretanto, logo se tornaram pequenos professores, que não apenas corrigiam meu sotaque e minha gramática, mas repetiam e até reformulavam suas próprias falas

---

13 Como exemplo, citamos texto que fala sobre a pesquisa de Sandra Tosta (2008).

quando eu não conseguia entender [...] Com as professoras, entretanto, as coisas não iam tão bem. De fato, nos meus primeiros meses na escola eram frequentes as confusões e falhas de comunicação. Primeiro, as professoras e eu tínhamos consciência dos nossos problemas de língua: para as professoras, porque sabiam somente uma língua, e para mim porque o meu italiano era limitado. [...] as professoras não eram tão eficientes quanto as crianças para reformular suas falas. [...] Dadas as nossas dificuldades, as professoras se surpreendiam com meu aparente sucesso comunicativo com as crianças. Várias vezes vi uma ou outra professora chamar as crianças para perguntar sobre o que havíamos falado [...] Uma coisa importante, contudo, foi que a descoberta pelas crianças dos meus problemas comunicativos com as professoras se tornou um aspecto especial da nossa relação. [...] Vários pais me contaram que seus filhos ou filhas chegavam em casa dizendo: “Tem aquele americano na escola, o Bill, e a gente consegue falar com ele, mas as professoras não!”. Ou seja, as crianças viam minha relação com ela como uma quebra parcial do controle das professoras. (2009, p. 88-90)

Assim como Corsaro (2009; 2011), defendendo que a etnografia das culturas infantis é um método válido para a compreensão daquilo que as crianças pensam, sentem e fazem com relação às suas próprias vidas, e aqui, mais especificamente, sobre as questões relacionadas à temática racial. Através dessa metodologia, que reúne a entrada no campo e a aceitação do grupo social, a coleta e escrita consistente das notas de campo, entrevistas, descrição de artefatos, coleta de gravações audiovisuais, descrição e interpretação da descrição (CORSARO, 2009, p. 84), acreditamos que é possível realizar algumas constatações sobre o tema junto às crianças. É a partir desse contato mais próximo com as crianças que Corsaro vai propor uma revisão do conceito de socialização e cunha a expressão “reprodução interpretativa” como mais adequada para falar sobre o que as crianças fazem. Corsaro (2009) explica a expressão reprodução interpretativa a partir de seus termos:

O termo interpretativa captura os aspectos inovadores da participação das crianças na sociedade, indicando o fato de que as crianças criam e participam de suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças. O termo reprodução significa que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e a mudança cultural. Significa também que as crianças são circunscritas pela reprodução cultural. Isto é, crianças e suas infâncias são afetadas pelas sociedades e culturas das quais são membros. (p. 31)

Um texto recuperado por Michel Fournier, escrito por Marcel Mauss para uma participação (que não ocorreu) num congresso de sociologia da infância<sup>14</sup> em 1937, traz um relato de sua própria infância e nos remete à mesma questão relacionada à linguagem evidenciada por Corsaro:

Por razões desconhecidas, que não saberíamos descrever com precisão, acontece que a própria fonética de uma linguagem, e muito mais a semântica de suas palavras, até mesmo o próprio vocabulário e, muito mais ainda, suas palavras - em particular, por exemplo, na gíria (Em francês, *argot*. (N.T.) - mudam de uma geração para outra. Em um meio de crianças, surgem constantemente novas formas de linguagem, que se perdem, que se difundem em maior ou menor grau. Eu até me lembro, enquanto criança, de ter inventado uma punição para nosso pequeno círculo de primos e de amigos, que eu havia nomeado de *potte-au-feu* (É um neologismo criado pelo autor a partir de um prato típico francês que consiste em um caldo à base de carne e legumes, cozido em fogo baixo por muito tempo (N.T.)), à qual os mais novos eram submetidos como um tipo de quarentena e que foi um meio de disciplina notável. (p. 243)

---

14 Buscamos informações mais detalhadas sobre esse congresso, mas, até o momento, só o encontramos citado nesse texto. Desse modo, nomeamos o nascimento da SI nos fins do século 20, e não na década de 30, visto que ainda desconhecemos essa sociologia da infância da qual fala o texto de Mauss recuperado por Fournier.

A etnografia com crianças proposta por Corsaro busca uma estreita relação com teorias que revejam a questão do poder centralizado no/a pesquisador/a, ou seja, é importante que as pessoas adultas que realizem tais pesquisas aceitem a premissa de que o poder possa ser compartilhado. Corsaro (2009) discorre sobre o que para ele seriam características da pesquisa etnográfica:

### ***Sustentada e comprometida***

A pesquisa etnográfica envolve um trabalho prolongado no campo onde o pesquisador tem acesso ao grupo social e conduz uma observação intensiva por um período de meses ou anos [...] a maioria dos etnógrafos defende a observação participante, que é sustentável e comprometida, e requer que o pesquisador não apenas observe repetidamente, mas também participe como um membro do grupo. (p. 84-85)

### ***Microscópica e holística***

“[...] Frequentemente os etnógrafos abordam interpretações mais amplas e abstraem análises do que Geertz (1973) chama de ‘uma familiarização extremamente profunda com questões extremamente miúdas’” (CORSARO, 2009, p. 85). Mas simplesmente descrever não é suficiente. Para atribuir sentido às observações de atividades e comportamento, é preciso engajar-se num processo de interpretação, chamado por Geertz de “descrição densa”.

### ***Flexível e corretiva***

A essência da etnografia é ser um método dialético (ou interativo-adaptativo) no qual “questões iniciais talvez mudem no decorrer da pesquisa” (GASKIN, MILLER e CORSA-RO, 1992, p. 16). [...] A flexibilidade e a natureza autocorretiva da etnografia aplicam-se não apenas às questões de pesquisa e à coleta de dados, mas também à análise dos dados. (p. 86-87)

Neste sentido, apesar de, em termos, a pesquisa sobre/com pessoas adultas e com crianças possuir uma mesma orientação, elas não são a **mesma coisa**. Samantha Punch (2002) afirma que:

(...) há uma tendência para perceber pesquisa com crianças como um dos dois extremos: da mesma forma ou inteiramente diferente dos adultos. A maneira pela qual um pesquisador percebe a situação das crianças influencia a escolha de métodos. Aqueles que consideram as crianças a serem “essencialmente indistinguíveis dos adultos” (James et al, 1998: 31) empregam os mesmos métodos como os usados com adultos, pois as crianças são vistas como basicamente o mesmo. Neste caso, a responsabilidade do pesquisador adulto não destaca qualquer diferença entre adulto-crianças, considerando-as em qualquer outra maneira, como maduras e competentes. (Alderson, 1995). No entanto, essa abordagem pode significar que o desequilíbrio de poder entre pesquisadores adultos e as crianças nem sempre é adequadamente abordado (Morrow, 1999). **Aqueles que percebem as crianças como sendo muito diferentes dos adultos usam a etnografia como a forma mais adequada para chegar perto de compreender o mundo da criança** e as opiniões das crianças são tomadas pelo seu valor nominal (James et al., 1998). No entanto, a etnografia não é apenas adequada para aqueles que percebem crianças tão diferentes. É necessário gastar prolongados ou repetidos períodos com qualquer pessoa, a fim de conhecê-las para além de uma entrevista *one-off* e ganhar uma maior compreensão de seus pontos de vista e experiências (Fetterman, 1989). A dificuldade com o uso dessa abordagem é que ela depende de observação participante como estratégia de pesquisa, muitas vezes sem o reconhecimento de que os adultos são incapazes de participar plenamente em mundos sociais das crianças, porque eles nunca poderão realmente ser crianças novamente (Hill, 1997; Belas e Sandstrom, 1988)<sup>15</sup>. (tradução e grifo nossos) (p. 322)

15 Do original: There has been a tendency to perceive research with children as one of two extremes: just the same or entirely different from adults. The way in which a researcher perceives the status of children influences the choice of methods. Those who consider

A preocupação a que Punch se refere (adultos nunca poderem ser crianças novamente) segue sendo um “problema” discutido pelo campo da SI, o que, se, por um lado, não invalida as pesquisas que temos na área, por outro, nos relembra das limitações presentes no uso das metodologias. Por fim, mas não menos importante, no processo de escolha da etnografia como método de pesquisa com crianças, é necessário ter em mente algumas questões específicas, relacionadas às temáticas étnico-raciais:

- a) As crianças, ao reproduzir interpretativamente culturas, também fazem isto com os conceitos relacionados à temática racial. É importante que a pesquisadora esteja atenta para não tornar sua questão de pesquisa ou suas dúvidas com relação ao tema como as únicas referências para olhar para as crianças que estão no campo<sup>16</sup>, ou seja, é importante não autoatribuir cor ou raça às crianças, mas de compreender os movimentos com relação ao tema a partir das próprias crianças.
- b) Estudos feitos por adultos com crianças produzem impactos impossíveis de serem medidos quantitativamente, mas

---

children to be ‘essentially indistinguishable from adults’ (James et al., 1998: 31) employ the same methods as those used with adults, since children are seen as basically the same. It is then the responsibility of the adult researcher not to draw attention to any adult-child distinctions by treating them in any way other than as mature, competent people (Alderson, 1995). However, such an approach may mean that the power imbalance between adult researchers and child subjects is not always adequately addressed (Morrow, 1999). Those who perceive children as being very different from adults use ethnography as the most appropriate way to get close to understanding the child’s world and the child’s views are taken at face value (James et al., 1998). However, ethnography is not only suitable for those who perceive children as different. It is necessary to spend prolonged, or repeated, periods with anyone in order to get to know them beyond a one-off interview and to gain a greater understanding of their views and experiences (Fetterman, 1989). The difficulty with using this approach is that it relies on participant observation as a research strategy often without recognizing that adults are unable to be full participants in children’s social worlds because they can never truly be children again. (Hill, 1997; Fine and Sandstrom, 1988)

- 16 Certa vez, uma garota de quatro anos disse-me que eu só seria “mulher-gente” (termo cunhado por ela) se alisasse meu cabelo. Ela, que com certeza via mulheres adultas de cabelos alisados, relacionava a ideia de adultez feminina com a condição dos cabelos. Essa é uma demonstração de como as crianças reinventam os estereótipos para responderem às suas inquietações cotidianas.

presentes nas descrições no interior das pesquisas etnográficas. Entendemos também que pesquisadoras/es brancas/os estudando grupos de crianças quilombolas ou crianças ameríndias devem levar em conta as tensões nas relações raciais existentes no campo. Não estamos retirando o mérito desses estudos nem sua validade, apenas relembramos que as subjetividades presentes também podem ser analisadas a partir do viés do pertencimento racial.

- c) Desde muito pequenas, as crianças definem-se negras ou ameríndias a partir de nossa lógica adulta de autoatribuição. Para além da utilização dessa lógica, o que as pesquisas devem buscar captar são os sentidos que as crianças dão a essas autoatribuições, ou seja, como as crianças entendem as diferenças entre ser criança negra e ser criança branca, ou como utilizam-se desse critério para fazer escolhas, entre outras questões.
- d) Algumas crianças sofrem desde cedo o preconceito e o racismo, seja na escola, na família ou em outros grupos a que pertencem. Para elas, pode ser especialmente difícil falar sobre o tema, o que pode fazer parecer, à primeira vista, que a criança desconheça o assunto. A pesquisadora deve compreender essas dinâmicas sociais para não seguir invisibilizando práticas racistas e retificando silenciamentos.
- e) Apesar de defender a participação das crianças e a divulgação de seus nomes e rostos nas pesquisas, entendemos que questões relacionadas ao tema das relações raciais – discriminação, racismo e preconceito – podem ser especialmente difíceis de conseguir registro e documentação. Ao informar que nosso desejo é pesquisar as relações raciais, seja na escola ou em outros espaços, as pessoas adultas que ali estão podem incomodar-se com a orientação do estudo. Além disto, talvez a exposição das crianças em momentos de

humilhação a que podem ser submetidas por pessoas adultas quando sofrerem preconceito e racismo não seja o melhor caminho nas pesquisas com o tema. É preciso aprender a lidar com essas situações que, invariavelmente, acontecem na relação entre pessoas adultas e crianças, especialmente por pessoa adulta que se utilizam do poder presente numa sociedade adultocêntrica, o que sabemos que não é raro<sup>17</sup>.

Ao fazer essas considerações, muitos outros questionamentos virão, o que com certeza nos estimulará para o debate sobre os temas presentes neste artigo. Finaliza-se este texto com um excerto da poesia *Olhando no Espelho*, escrita por Abdias do Nascimento (1980) e que reitera uma vontade contida neste artigo: a vontade de que as crianças negras possam viver intensa e plenamente uma “vida de criança”.

Para a infância negra  
construiremos um mundo diferente  
nutrido ao axé de Exu  
ao amor infinto de Oxum  
à compaixão de Obatalá  
à espada justiceira de Ogum

Nesse mundo não haverá  
trombadinhas  
pivetes  
pixotes  
e capitães de areia

---

17 Durante um seminário sobre o tema, em conversa com uma pesquisadora que estudou no mestrado as relações raciais entre pessoas adultas e crianças numa escola de educação infantil, ela disse-me que desistiu de continuar no tema no doutorado, tamanho o impacto que o racismo praticado com as crianças lhe causou.



## Referências

ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educ. Soc.** [online]. 2005, vol.26, nº 91. Disponível em: <ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a07v2691.pdf>>. Acesso em: 15 de ago. de 2014, pp. 419-442.

AQUINO, Jania Perla Diógenes. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa... que se pode usar de qualquer maneira (Entrevista com José Guilherme Cantor Magnani). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, nº 2, jul/dez, 2012. Disponível em: <[http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v43n2/rcs\\_v43n2a12.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v43n2/rcs_v43n2a12.pdf)>. Acesso em: 15 de ago. de 2014, p. 169 – 178.

CAMPAÑA LATINOAMERICANA POR EL DERECHO A LA EDUCACIÓN (CLADE). **Consulta sobre La discriminación en la educación en la Primera Infancia: un estudio desde la perspectiva de la comunidad educativa en escuelas de Brasil, Perú y Colombia.** Informe regional, 2013. Disponível em: <<http://www.campanaderechoeducacion.org/primerainfancia/consulta/>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Summus, 2003.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais.** São Paulo: Summus, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil.** 1998, 225f. (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil.** São Paulo, Contexto, 2000.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, nº 91, maio/ago de 2005. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a08v2691>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014, p. 443-464.

CORSARO, William, 2009. Métodos etnográficos no estudo da cultura de pares e das transições iniciais na vida das crianças. In: MULLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro.** São Paulo: Cortez Editora, 2009.

CORSARO, William. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

D'ADESKY, Jacques. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Pallas, 2001.

DAMIÃO, Flávia. **Primeira infância, afrodescendência e educação no Arraial do Retiro – Salvador**. 2007, 146f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2007.

GANDIN, Luis Armando; DINIZ-PEREIRA, João Emílio; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Para além de uma educação multicultural: Teoria racial crítica, pedagogia culturalmente relevante e formação docente (Entrevista com a professora Gloria Ladson-Billings). São Paulo: Revista **Educação e Sociedade**, ano XXIII, nº 79, ago/2002, p. 275-293.

GOTTLIEB, Alma. **Tudo começa além da vida: a cultura dos recém-nascidos no oeste da África**. São Paulo: Fap-UNIFESP, 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, nº 1, 2003, p. 93-108.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

KRAMER, Sonia. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 1982, nº 42. ISSN 0100-1574. Acesso em: 15.08.2014. p. 54-62.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2002, vol.17, nº 49. ISSN 0102-6909. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014. p. 11-29.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, nº 32, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014. p. 129-156.

MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. **Pro-Posições** [online]. 2010, vol.21, nº 3. ISSN 0103-7307. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n3/v21n3a14.pdf>>. Acesso em: 15 de ago. de 2014. p. 237-244.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. In: **Racismo I**. Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo, (dez/jan/fev 2005-2006). São Paulo: USP, CCS, 2005-2006, p. 46-57.

NASCIMENTO, Abdias. **Olhando no Espelho**. Disponível em: <[http://www.abdias.com.br/poesia/olhando\\_espelho.htm](http://www.abdias.com.br/poesia/olhando_espelho.htm)>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

OLIVEIRA, Eliana. **Relações raciais nas creches diretas do Município de São Paulo**. 1994, 180f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 1994.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Um Estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** 2004. 112f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2004.

OLIVEIRA, Fabiana; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e paparicação. Belo Horizonte: **Educação em Revista**, v. 26, nº 2, ago. 2010, p. 209-226.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luís M. (Coords.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais 2007/2008**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. **Privação Cultural e Educação Pré-Primária**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio. 1973.

PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Revista Horizontes Antropologia** [online]. 2010, v.16, nº 34, ISSN 0104-7183. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/07.pdf>> Acesso em: 15 de ago. de 2014, p. 137-157.

POPPOVIC, Ana Maria; ESPOSITO, Yara Lúcia; CRUZ, Léa Maria Chagas. Marginalização Cultural: Uma metodologia para seu estudo. **Cadernos de Pesquisa**, 1975, nº 14, p. 7-60.

PUNCH, Samantha. Research with children: The same or different from research with adults? **Revista Childhood**. [online], 2002. Disponível em: <<http://chd.sagepub.com/content/9/3/321>>. Acesso em: 15 de ago. de 2014. p. 321-341.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, Campinas [online], v. 22, nº 1 (64), jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n1/15.pdf>> Acesso em: 15 de ago. de 2014, p. 199-211.

SANTIAGO, Flavio. **“O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado”**: Hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil. 2014, 128f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP. Campinas-SP, 2014.

SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa. Metodologias de pesquisa empírica com crianças. **Sociologia, Problemas e Práticas** [online]. 2001, n° 35. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n35/n35a01.pdf>>. Acesso em: 15 de ago. de 2014, p. 9-29.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (Org.) **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-39.

SARMENTO, Manuel; SOARES, Natália; TOMÁS, Catarina. Investigação da infância e criança como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. **Nuances: Estudos sobre Educação**, v. 12, n° 13, jan/dez 2005, p. 50-63.

SILVÉRIO, Valter Roberto. A diferença como realização da liberdade. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Maria da Assunção; SILVÉRIO, Valter Silvério (orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TOSTA, Sandra. Os usos da etnografia na pesquisa educacional. Trabalho apresentado na **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, 1º a 4 de junho, Porto Seguro, Brasil, 2008. Disponível em: <[www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalho/GT%2007/TEXT0%20COMPLETO-%SANDRA%20TOSTA.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalho/GT%2007/TEXT0%20COMPLETO-%SANDRA%20TOSTA.pdf)>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**. 2011. 222f. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

---

Enviado em: 15/08/2014. Aprovado em: 10/11/2014